

# A Primeira Guerra Mundial nas escolas: currículos e livros didáticos\*

## World War I in Schools: Curriculum and Textbooks

### Adjovanes Thadeu Silva de Almeida

*Doutor em História Social (UFRJ), mestre em Educação (UERJ), bacharel e licenciado em História (UERJ), professor de História do Colégio Pedro II/Campus Engenho Novo II e coordenador da Especialização em Ensino de História do Colégio Pedro II.*

### Carolina Mary Medeiros

*Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, bacharel e licenciada em História pela UFRJ, professora em regime de dedicação exclusiva do Colégio Pedro II, do Departamento de História do Campus Engenho Novo II e membro do Núcleo Transdisciplinar de Humanidades (NUTH) do Núcleo Transdisciplinar de Humanidades do Campus Engenho Novo II.*

### RESUMO

No ano de 1914, tinha início a Primeira Guerra Mundial. Há cem anos, o Brasil participava deste grande acontecimento que modificaria, sem dúvida alguma, a história mundial. Apesar da grande relevância, pouco se tem estudado sobre o tema, sobretudo, a participação do Brasil neste processo. Se na historiografia o tema é raro, o mesmo ocorre com o ensino de História. Neste artigo, analisamos dois livros didáticos utilizados no Colégio Pedro II, bem como o programa da disciplina de História do colégio em relação ao tema. Verificamos que, seja nos livros didáticos, seja no programa, a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial e suas consequências é uma temática ora silenciada, ora analisada de forma restrita.

**PALAVRAS-CHAVE:** livros didáticos, ensino de História, Primeira Guerra Mundial

### ABSTRACT

In the year 1914, World War I began. A hundred years ago, Brazil participated in this great event that would undoubtedly change world history. Despite the great relevance, little has been studied on the subject, mainly, the participation of Brazil in this process. If in historiography the theme is rare, so does history teaching. In this article, we analyze two didactic books used in the Colégio Pedro II, as well as the program of the discipline of History of the college in relation to the theme. We verified that in the textbooks, or in the program, the participation of Brazil in World War I and its consequences is a theme now silenced, now analyzed in a restricted way.

**KEYWORDS:** textbooks, teaching History, World War I

---

\* Artigo recebido em 21 de abril de 2017 e aprovado para publicação em 03 de maio de 2017.

Há pouco mais de cem anos, eclodia a Primeira Guerra Mundial (denominada, à época, a Grande Guerra), conflito que, ao longo de quatro anos (1914/1918), ceifou milhões de vidas e envolveu as principais potências militares da época, organizadas em torno de duas alianças políticas antagônicas (de um lado, França, Reino Unido e Rússia; do outro, Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Otomano), cada uma destas alianças possuía, ainda, outros Estados aliados.

O conflito, iniciado em terras europeias, alastrou-se para outras partes do mundo, notadamente África, Oriente Médio e Oceano Atlântico. Assim, enquanto no continente africano os europeus lutavam a partir de suas possessões, na Ásia a guerra travava-se entre as populações árabes e as Forças otomanas; no que se refere aos conflitos marítimos, contrapuseram, basicamente, a Marinha alemã à Armada britânica e seus aliados, notadamente, a partir de 1918, os EUA e forças latino-americanas.<sup>1</sup>

O rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha ocorreu apenas em 11 de abril de 1917, após ataques germânicos a navios mercantes brasileiros. A declaração de guerra se deu em 26 de outubro de 1917, após o afundamento do Mercante *Macao*, três dias antes.

Declarado o estado de guerra, a participação brasileira se limitou no envio ao *front* ocidental, em 1918, de um grupo de aviadores (do Exército e da Marinha) que foram integrados à Força Aérea Real britânica, e de um corpo médico-militar composto por oficiais e sargentos do Exército, que foram integrados ao Exército francês, tendo seus membros prestado serviços na retaguarda, e participado de combates no *front*. À Marinha brasileira coube a maior participação das Forças Armadas brasileiras, com o envio de uma Esquadra com a incumbência de patrulhar a costa noroeste da África a partir de Dakar, e o Mediterrâneo desde o Estreito de Gibraltar, evitando a ação de submarinos inimigos e em atividades de patrulha no Oceano Atlântico, auxiliando as demais Forças Navais aliadas.

De todo modo, o esforço de guerra brasileiro não parece ter acarretado grande impacto popular, em função da situação interna do País na época da Primeira Guerra Mundial; isto talvez ajude a elucidar o moti-

vo de semelhante tema não atrair tantos estudiosos brasileiros, nem tampouco provocar entusiasmo social. Em 26 de outubro de 1917, o governo brasileiro declarava guerra às potências centrais, sobretudo à Alemanha que havia, no mesmo ano, em abril e em maio, bombardeado navios brasileiros.

Em fevereiro daquele ano, o Cargueiro *Paraná* foi torpedeado quando transportava 4,5 toneladas de café brasileiro. O afundamento do Cargueiro *Paraná* teve peso decisivo na mobilização da opinião pública brasileira a favor da entrada do Brasil na guerra. País essencialmente agrícola, ao ver torpedeado um navio que transportava café, seu principal produto de exportação, que tinha no Estado de São Paulo seu maior produtor. Fato significativo diante das exportações do café brasileiro, que permaneceram em queda durante todo o conflito mundial. Além dos prejuízos financeiros com as exportações, as importações de industrializados diminuíram, forçando o governo a estimular a produção nacional através de incentivos fiscais. Toda essa crise recaía na arrecadação do governo que, como de costume, não titubeou em repassar os prejuízos ao cidadão brasileiro que via seus impostos aumentarem.

Porém, para Valterian Braga Mendonça, estes fatores não foram causadores diretos da entrada do Brasil na Guerra. Para o cientista político, acabou contando como fator mais decisivo o direcionamento adotado pelos Estados Unidos e seguido pelo Governo brasileiro, sobretudo a partir da posse de Nilo Peçanha para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, assumindo uma posição mais beligerante e alinhada aos Estados Unidos da América. O autor destaca ainda as pressões da opinião pública favorável à entrada do Brasil no conflito, muito estimulada pelos jornais que também assumiram este posicionamento, além do vínculo das elites brasileiras com as culturas de países europeus envolvidos no conflito, como Inglaterra e França. Argumentos comprovados pelas manifestações em São Paulo favoráveis ao conflito.

Segundo Valterian Braga Mendonça,

O Brasil seguiu os passos ados dentro de razoável defasagem no tempo. Para sair da situação de neutralidade e alcançar a de be-



Protesto no centro de São Paulo contra o torpedeamento do Navio *Paraná*, por parte dos alemães, em 1917  
FONTE: [http://www.ibamendes.com/2011/07/primeira-guerra-mundial-1914-1918\\_14.html](http://www.ibamendes.com/2011/07/primeira-guerra-mundial-1914-1918_14.html)

ligerância, o Brasil passou antes pelo estágio de rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha, pela quebra de neutralidade em favor dos Estados Unidos, seguida da quebra de neutralidade em favor dos Aliados. Em cada uma destas fases, destacam-se alguns fatores como determinantes para a mudança à etapa seguinte.

A versão oficial assevera que o Brasil ingressou na guerra devido ao afundamento de seus navios mercantes por submarinos alemães. Porém, tal motivo não teria sido forte o bastante para justificar decisão de tal magnitude. A tonelagem e o valor das mercadorias brasileiras afundadas por submarinos alemães eram de pequena monta, relativamente ao volume e valores totais comercializados anualmente pelo Brasil, que já havia tido grandes volumes de cargas e valores apreendidos em portos da Inglaterra e da França pelo War Trade Department, sem que tais ações tivessem sido motivo para declaração de beligerância. O número de três navios mercantes afundados (*Paraná*, *Tijuca* e *Lapa*) também não teria sido motivo justo para o ingresso do Brasil numa guerra europeia. A Argentina, em decorrência do afundamento de idêntico número de seus mercantes, suspendeu as viagens à Europa. A Noruega, país eminentemente marítimo, decidiu, a despeito dos riscos, manter em operação suas linhas de navegação. Veio a perder mais da metade de sua frota mercante, afundada por submarinos alemães, mas conservou sua neutralidade, preferindo

recorrer à diplomacia para reaver seus prejuízos ao final do conflito. A quantidade de navios brasileiros afundados era pouco expressiva, se comparada ao total da frota mercante nacional. Estas perdas poderiam ter sido negociadas sem o recurso à guerra, mormente quando nossa diplomacia já havia adquirido tradição e reconhecimento de eficiência na solução pacífica de crises, e a Alemanha oficialmente se prontificara a negociar as reparações dos danos decorrentes destes sinistros. (MENDONÇA, 2008. Apud: <http://historiasdetrincheira.blogspot.com.br/2011/11/entrada-do-brasil-na-guerra.html>)

O contexto interno brasileiro, já tumultuado, se alterava com o conflito. No mesmo período, crescia o movimento operário, fruto sobretudo do grande fluxo de imigrantes que desembarcavam nas grandes cidades brasileiras. Fugitivos das crises e das guerras em seu continente, os imigrantes inflavam o movimento operário com ideologias anarcossindicalistas e comunistas. A grande greve geral ocorre em julho de 1917.

Sobre o movimento operário brasileiro e as consequências socioeconômicas deste período para o Brasil encontra-se em historiografia maior. Porém, ao pesquisarmos no Scielo (Base de Dados eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros) a produção brasileira sobre a Primeira Guerra Mundial, encontramos apenas 11 textos acadêmicos publicados; nenhum deles, contudo, abordando a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. Seria de se estranhar, então, que tal

silêncio aconteça, também, em currículos oficiais, além de muitos materiais didáticos?

Não significa, é óbvio, que os sistemas educacionais brasileiros ignorem a Primeira Guerra Mundial; todavia, em muitos momentos, a mesma é apresentada apenas como um “preâmbulo” do que aconteceria a partir do final da década de 1930, ou seja, ela tem sido interpretada como mero “indício” do que aconteceria durante a Segunda Guerra Mundial.<sup>2</sup>

De forma similar, também não se destacam monumentos que assinalem a presença brasileira na Primeira Guerra Mundial. Com efeito, embora existam monumentos fúnebres oficiais a brasileiros mortos em conflitos (movimento tenentista, insurreições da década de 1930 e, com maior destaque, o Monumento dos Pracinhos),<sup>3</sup> os mausoléus a brasileiros vitimados na Primeira Guerra Mundial não possuem a mesma ostentação dos anteriores.<sup>4</sup>

Desta forma, a vitória dos aliados brasileiros e a participação, ainda que reduzida do País na Primeira Guerra Mundial encontram-se restritas na produção e preocupações acadêmicas, na memória social brasileira, nos livros didáticos e nos currículos escolares. Um silêncio que diz muito. Essas ausências ilustram, sob nossa perspectiva, o debate entre história e memória, o qual constitui parte integrante da análise a respeito do estudo sobre as comemorações (comemoracionismo). De fato, para Henry Rousso, memória significa a existência atual do passado, cuja reelaboração fundamenta-se na seleção de efemérides, indivíduos e narrativas. Semelhante memória não se restringe ao indivíduo, mas abrange uma coletividade específica, enfatizando as permanências em detrimento das rupturas e forjando, desta forma, uma identidade comum. De acordo com Henry Rousso, existiriam memórias coletivas, que se expressariam através das “representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar”.<sup>5</sup>

Ressalte-se, outrossim, que os estudos sobre a presença da memória coletiva constituem-se, por assim dizer, um elemento que se refere às feridas abertas de uma dada sociedade, isto é, temas candentes propositalmente relegados a planos subalternos, evitados de polêmica e cuja análise suscita

algum desconforto social. Além disso, uma das técnicas usuais utilizadas pelos envolvidos em pesquisas referentes à memória coletiva consiste na utilização de entrevistas. Os depoentes portariam informações relevantes à melhor elucidação do objeto pesquisado e, como de resto qualquer fonte histórica, tais relatos não se eximem da crítica documental, que então busca contraditá-lo a outras fontes, daí resultando sejam inconsistências, seja a aceitação do testemunho. Desta maneira, a prova testemunhal necessitaria sobreviver ao crivo da crítica historiográfica, não dispondo, portanto, de nenhum “foro especial” que lhe possibilite a aceitação inquestionável por parte do historiador. Por fim, Henry Rousso propõe a dissolução das fronteiras entre memória e história, sinalizando como solução possível a construção de uma história de memória.

Neste caso, entendemos que a restrita produção acadêmica sobre a participação brasileira na guerra, os poucos espaços de memória sobre o tema, a ausência de comemorações e o silêncio quase completo em livros didáticos e currículos dificultam a construção de uma história desta memória.

Pierre Nora é outro teórico importante para compreendermos os estudos referentes à relação entre memória e história. Contudo, sua análise se distingue do trabalho de Henry Rousso, em particular na definição de memória, entendida por Pierre Nora como “a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.”<sup>6</sup>

Assim, Pierre Nora distinguiu, de forma dicotômica, estas duas áreas: memória e história seriam opostas, a despeito de possuírem a mesma matéria-prima, qual seja, o passado. Desta forma, a memória “é a vida..., está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento..., sempre atual..., se enraíza no concreto”.<sup>7</sup> Em contrapartida, a história consistiria na “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais..., demanda análise e discurso crítico..., só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas”.<sup>8</sup> Sob a perspectiva de Pierre Nora, podemos inferir que a história desconfiaria da memória, por julgá-la des-

provida de crítica e, mais ainda, factível de cometer enganos (o que não ocorreria, portanto, com a protegida de Clio). Sob semelhante perspectiva, apenas a história poderia abordar, legitimamente, o passado, sendo tal legitimidade derivada, grandemente, do estatuto científico que, desde o século XIX, lhe foi associado. A história, e não a memória, restitui a ação dos homens ao tempo, fornecendo-lhe sentido, e, portanto, permitindo um melhor entendimento do passado.

Outro autor que possui importante contribuição no debate acerca da relação entre memória e história é Michael Pollak, que priorizou a primeira em detrimento da última. Com efeito, fundamentando-se na obra de Maurice Halbwachs, Pollak se preocupou em analisar a modificação ocorrida nos estudos referentes à memória, migrando da ênfase à estabilidade para a valorização da ruptura. Devemos observar, ainda, que a presença dos silêncios, muitas vezes, pode traduzir-se em resistência à memória oficial (isto é, aquela difundida pelo poder estatal e por suas instituições), e não em um simples esquecimento, deste modo explicitando a oposição entre o Estado (guardião e divulgador da memória oficial) e alguns grupos específicos formuladores de uma "memória subterrânea".<sup>9</sup>

De acordo com Pollak, a memória auxiliaria na constituição de uma identidade nacional, forjando a interpretação canônica a respeito do passado comum. Fundamentalmente, esta memória possuiria duas funções básicas: "Manter a coesão interna e defender as fronteiras que um grupo tem em comum".<sup>10</sup> Ou seja, a memória deveria unificar a comunidade nacional, ao mesmo tempo em que estabeleceria a especificidade desta coletividade diante dos demais grupamentos presentes, sejam os demais Estados nacionais, sejam grupos minoritários (em termos religiosos, culturais etc.) no interior do próprio país.

Neste sentido, fatos históricos como guerras mundiais e as participações de países nesses conflitos seriam de grande interesse para a construção, através desta memória, de identidade nacional. Presenciamos com mais clareza este uso da memória, ou seja, a unificação da comunidade nacional, na relação entre o Brasil e a Primeira Guerra Mundial. O mesmo não pareceu ocorrer no caso

da Grande Guerra, ainda que tenhamos fatos históricos que favoreceriam a esta construção, como a morte de marinheiros pelos tiros de canhão do submarino alemão, atirados mesmo após o naufrágio do Cargueiro *Paraná*. Ou mesmo, quando pensamos que a declaração de guerra do governo brasileiro em relação a Alemanha, em outubro de 1917, nasce também de movimentos de protestos nas ruas exigindo uma reação do governo que, mesmo depois dos ataques, permanecia neutro no conflito.

Semelhante processo de assimilação dos indivíduos e de grupos específicos na comunidade mais ampla (no caso, o Estado Nação) aconteceria através do enquadramento das minorias, com a incorporação das eventuais rupturas ocorridas ao longo da trajetória histórica. "Assim como a exigência de justificação... limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos."<sup>11</sup> O sucesso da análise historiográfica repousaria então, e em grande parte, na coerência entre os múltiplos discursos elaborados. A produção intelectual realizada nas instituições preservacionistas participaria, muitas vezes, deste esforço para o efetivo enquadramento do passado.

Em outro texto, Pollak analisou as dificuldades e perspectivas da utilização de depoimentos para a recuperação da memória, tecendo algumas considerações sobre a relação entre as duas áreas. Assim, este autor afirmou que a memória (individual ou coletiva) possui lembranças quase imutáveis que se relacionariam a aspectos conjunturais (acontecimentos e valorização ou desvalorização de determinados personagens, dentre outros). Mais ainda, a memória se forjou a partir de eventos, indivíduos e espaços, existindo a possibilidade da ocorrência de "memórias herdadas",<sup>12</sup> potencialmente alteráveis em função da projeção de eventos, indivíduos e espaços e que, se por um lado, acarretariam problemas para a narrativa, por outro indicariam quais elementos causaram forte impressão nos depoentes.

Tal processo derivaria, em grande parte, da própria construção da memória, fenômeno



marcado pela seletividade e pelo momento histórico em que as lembranças viriam à superfície. Ao mesmo tempo, conforme já assinalamos, a memória contribui para a elaboração de identidades, em especial durante os períodos marcados pelo antagonismo, quando se busca a ampliação máxima do capital simbólico, de modo a possibilitar o predomínio social e/ou político de determinado grupo ou facção.

A memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre várias organizações. Para caracterizar essa memória constituída, eu gostaria de introduzir o conceito de trabalho de enquadramento da memória. Vale dizer: há um trabalho que é parcialmente realizado pelos historiadores.<sup>13</sup>

Com isto, a confecção de interpretações analíticas (e coerentes) a respeito do passado articula-se à confrontação política, ou seja, demarcam-se as posições a partir das quais travam-se as batalhas pela manutenção – ou conquista – da direção cultural de uma sociedade historicamente definida.

Helenice Rodrigues da Silva também analisou a relação entre memória e história.<sup>14</sup> Assim, após citar a atual indissociabilidade entre memória e história, esta autora abordou os usos da lembrança na sociedade contemporânea, a partir da seleção de acontecimentos e personagens agraciados com a imortalidade, em detrimento da plêiade de outros eventos e indivíduos destinados a se perderem nas brumas do tempo.

Durante inúmeras gerações, os historiadores questionaram a legitimidade da memória individual, associando-a à imaginação. A partir dos estudos desenvolvidos por Halbwachs, no alvorecer do século XX e simultâneos à emergência da Psicanálise tal como a formulara Freud, a memória passou a ser compreendida como fenômeno social, isto é, as lembranças (e esquecimentos) individuais se relacionam com as experiências coletivas – quaisquer que sejam estas últimas. “Nossas lembranças se fortificam graças às narrativas coletivas que, por sua vez, se reforçam por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcam a história coletiva.”<sup>15</sup>

Assim, a partir das décadas de 1980 e 1990, através da formulação de identidades, foi possível romper com a separação entre história e memória, embora ainda persistam dificuldades nesta relação, dentre as quais se destacam: ocultação de acontecimentos julgados traumáticos, refutação da existência de tais acontecimentos e, posteriormente, uma quantidade significativa de produção memorialística a respeito dos eventos anteriormente considerados polêmicos.

A memória, portanto, pressupõe não apenas a lembrança, mas também o esquecimento e, devido à semelhante tensão (recordar/apagar), apresenta-se como um objeto potencialmente manipulável, em especial sob a forma de comemorações.

Para pensarmos na relação entre essas ausências sobre o tema da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, no que respeita aos documentos escolares oficiais, selecionamos, para esse texto, o currículo de História do Colégio Pedro II, em função de sua abrangência e, também, da importância dessa instituição na História da Educação brasileira. Com efeito, tal currículo abrange o 2º segmento do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, em suas diferentes modalidades (Formação Geral e profissionalizantes), ou seja, ele engloba turmas da Educação Básica do 6º ano até o término da escolarização obrigatória.

Uma característica essencial do currículo de História do Colégio Pedro II consiste na centralidade do Brasil para a compreensão da historicidade e, por extensão, a formação da cidadania; assim, apesar da multiplicidade de *campos*<sup>16</sup>. Desta maneira, a partir de meados do 7º ano, os estudantes dessa instituição apreendem as transformações (e continuidades) tendo como referência fundamental a sociedade brasileira, seus dilemas e anseios.

No caso do currículo de História do Colégio Pedro II, encontramos o tema em duas séries, sendo uma no Ensino Fundamental, o 9º ano, e outra do Ensino Médio, o 3º ano. No caso do 9º ano do Ensino Fundamental, a ênfase é dada na participação do Brasil na Guerra e, sobretudo, nas consequências deste contexto para a realidade socioeconômica brasileira. O currículo do Ensino Fundamental pretende enfatizar a História do Brasil e suas relações com os demais acontecimen-

tos mundiais. O eixo brasileiro, neste caso, facilita a temática da relação Brasil-Primeira Guerra. O item encontrado no currículo é: “O Brasil e a crise do capitalismo liberal (1914-1930)”, tendo como um dos subitens “Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a substituição de importações”. Fica claro, assim que, independente da linha historiográfica do professor ou das divergentes abordagens e possibilidades de perspectivas, a entrada do Brasil na guerra e as consequências do conflito para a realidade brasileira serão temáticas obrigatórias em sala de aula.

Com presença garantida no Ensino fundamental, o tema não encontra o mesmo eco no Ensino Médio. Neste caso, o 3º ano do Ensino Médio trabalha a Primeira Guerra Mundial como subitem dos assuntos iniciais do ano relacionados à conjuntura histórica da primeira metade do século XX. Em Brasil, só no segundo item aparece a República Oligárquica e a crise dos anos 20. Neste caso, a entrada do Brasil no conflito, bem como as relações deste contexto para a realidade brasileira não estão diretamente presentes no currículo de forma explícita, dependendo, assim da perspectiva do professor, de seu interesse sobre o tema ou mesmo das formas de abordagens em sala de aula. Não há no currículo uma ligação direta para a temática que direcione o trabalho pedagógico no sentido de entender a relação entre o Brasil e a Primeira Guerra. Desta forma, assim como o assunto pode, dependendo da vertente ou perspectiva do profissional, ser debatido em sala, o silêncio também se encontra como possibilidade.

É bem verdade que, em alguns *campi* poderemos entender que ao menos este aluno que cursou o 9º ano viu este assunto. Ocorre que existem *campi* no colégio que não possuem Ensino Fundamental, o caso de Niterói e Duque de Duque de Caxias, por exemplo. Nestes casos, não há garantias de que o tema tenha sido abordado no Ensino Fundamental e, como vimos, no currículo do Ensino Médio, também não encontramos garantias.

Importante material pedagógico de auxílio ao professor é o livro didático. Completo para as aulas expositivas e demais atividades pedagógicas, bastante usado para estudo de fontes históricas e exercícios, os livros

didáticos do Colégio Pedro II, como vimos, são escolhidos coletivamente pelos docentes do Departamento de História e fornecidos gratuitamente ao aluno. Aqui, neste debate serão analisados dois principais livros didáticos utilizados nos diferentes *campi* do Colégio Pedro II, a saber: *História em Documento – imagem e texto*, de autoria de Joelza Ester Domingues, coleção utilizada nas turmas do 2º segmento do Ensino Fundamental; e *História*, obra escrita por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, destinada às turmas de Ensino Médio. Antes de mais nada, acreditamos ser necessário explicar acerca do processo de escolha dos livros didáticos de História nessa instituição: em cada *campus*, os professores reúnem-se e, após criteriosa seleção, escolhem a coleção de livros didáticos para ser utilizada (tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio); um dos pressupostos básicos que norteia a opção por determinada coleção se refere à adequação da mesma ao currículo utilizado.

Em função das particularidades deste currículo, a escolha das obras acaba se concentrando em torno de poucas coleções, existindo uma variedade um pouco maior no Ensino Fundamental, mas não no Ensino Médio (de fato, apenas a coleção redigida por Ronaldo Vainfas *et ali* abrange satisfatoriamente tal critério).

A coleção escrita por Joelza Ester Domingues abrange quatro volumes, englobando desde os primórdios da ocupação humana no planeta até a atualidade; cada livro compreende 19 (volume destinado ao 8º ano) ou 20 capítulos (os demais volumes); por esta divisão cronológica, o tema Primeira Guerra Mundial localiza-se no 4º volume, destinado às turmas do 9º ano, mais especificamente na Unidade II (“O mundo em guerra, 1920-1945”). Assim, em cerca de onze páginas, a autora procura situar o conflito mundial para estudantes em torno dos 14 anos de idade; o capítulo divide-se em três subitens (cada qual com uma página de texto e uma página de exercícios), além de uma parte (denominada “Desafios”) composta por fragmentos de fontes históricas diversas (em geral, escritas: textos jornalísticos, documentos oficiais, obras de historiadores, entre outros); convém destacar,

ainda, que o capítulo utiliza imagens como elemento fundamental para a construção do conhecimento por parte do público discente: mapas, cartazes e fotografias da época, além de uma lista com *sites* e obras que podem ser consultadas pelos alunos.

Desta forma, o livro traduz a ideia contida no título "História em documentos", com ênfase maior nas fontes históricas, sobretudo imagéticas, e na interação da história com a literatura. Neste caso, identificamos que na introdução de todo capítulo do livro há um pequeno texto literário. No capítulo sobre a Primeira Guerra Mundial, o texto literário escolhido foi um trecho do livro de Ernest Hemingway, *Adeus às armas*, de 1929. A autora esclarece ao leitor que o escritor norte-americano foi um participante da guerra. Neste sentido, seu texto literário ganha uma ênfase de testemunho dos horrores do conflito, bem como seus questionamentos quanto sua validade para os soldados, muitas vezes usados como instrumento dos interesses econômicos das potências.

Ainda no caso do capítulo em questão, em termos de documentos são apresentados mapas de apoio pedagógico para o entendimento do conflito, países envolvidos, bem como territorialidade da guerra. Vale destacar ainda as imagens, como as propagandas para o alistamento, tabelas demonstrando as grandes perdas humanas, que chegaram a mais de nove milhões, além dos mais de 20 milhões de feridos e mutilados. No setor do capítulo intitulado "Desafio", encontramos documentos como escritos de Lênin, trechos do Tratado de Versalhes e relatos jornalísticos no contexto da guerra.

Todavia, o texto não aborda, em momento algum, a participação brasileira na Grande Guerra. A bem da verdade, lendo-se esta obra parece que tal conflito em nada afetou a sociedade brasileira da época – embora, cerca de 30 páginas à frente, a autora comen-

te, em uma atividade do "Desafio", que "*a Primeira Guerra Mundial recebeu grande destaque na imprensa brasileira*" (JOELZA, 2009, p. 118).

Embora a autora não mais se refira às relações entre Brasil e a Guerra, ou mesmo, a cobertura da imprensa brasileira a este fato, a cobertura da imprensa foi mesmo relevante, fatos demonstrados pela imagem extraída da revista *A Cigarra* (nº 22, edição de 07/06/1915, p. 37), sobre os reservistas italianos que seguiram para a Europa, a bordo dos navios *Princesa Mafalda* e *Regina Helena* para lutar por sua pátria.

A mesma revista, em 1917, publicava uma crônica em protesto contra o torpedeamento pela Alemanha do Navio brasileiro *Paraná*: "A alma brasileira, solidária e unida, vibra de indignação e patriotismo, diante da selvageria alemã, torpedeando um navio nosso e atirando contra a tripulação indefesa. Houve, no Brasil inteiro, um movimento de surpresa, logo substituído pela mais pronta e mais formidável repulsa de um povo ofendido nos seus brios" (*A Cigarra*, ano 3, nº 64, p. 36).

Na coleção escrita por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, o capítulo sobre a Primeira Guerra Mundial encontra-se no volume destinado às turmas do 3º ano do Ensino Médio, na unidade denominada "Revoluções e Guerras". Como era de se esperar em uma obra destinada a estudantes que se encontram no limiar da idade adulta, existe espaço para uma análise com maior profundidade e detalhamento, englobando os períodos



Reservistas italianos antes do embarque nos Navios *Princesa Mafalda* e *Regina Helena* com destino à Itália, onde lutariam pela sua pátria na Primeira Guerra Mundial (Revista *A Cigarra*, de 7 de agosto de 1915)



# O Brazil e a Allemanha

A ALMA brasileira, solidaria e unida, vibra de indignação e patriotismo, deante da selvageria alleman, torpedeando um navio nosso e atirando contra a tripulação indefeza. Houve, no Brazil inteiro, um movimento de surpresa, logo substituido pela mais prompta e mais formidavel repulsa de um povo offendido nos seus brios. Surpreheu-nos, de facto, o inaudito da provocação, apesar das continuadas barbaridades commellidas contra o direito e os principios de humanidade pelo arrogente militarismo prussiano, porque fomos sempre os amigos leaes desse povo, abrimos os nossos braços confiantes para o acellimento affectuoso dos seus filhos, que aqui vivem, como na sua propria patria: fechamos os olhos, por excesso de cavalheirismo, ao assenhoramento indevido do nosso café, e mantivemos infrangivel e exemplar a nossa neutralidade. Nada disto comprehendem os desvirados subditos de Guilherme II. E eis que, desrespeitando a bandeira amigo e acolhedora do Brazil, sem a menor advertencia, inesperadamente, num accesso de furia, torpedeem o "Paraná.., canhoneam os seus tripulantes e assassinaem tres dos nossos patrios covarde e traiçoeiramente. O povo brasileiro está, porém, velando pela sua dignidade, soffregio pela desafrota. De norte a sul passa um fremito de indignação e de repulsa. O Brazil inteiro levanta-se como um só homem e vibra como uma só alma para repellar a insolita aggressão. É o mundo todo olha-nos com consideração e sympathia e com-

prehende e applaude o nosso gesto, como comprehendeu e applaudiu, até agora, a nosso allitude irreprehensivel de neutros. E' pois, com o nossa passado de heroismo e correcção nas lutas contra o batavo e na guerra contra o Paraguay de Lopes e do dispotismo; é em nome das nossas maravilhosas campanhas pelo ideal de liberdade, pelos principios de justiça, pela defeza dos pequenos contra os grandes, dos fracos contra os fortes, sempre pugnados e glorificados na nossa patria, que nos erguemos, como um só corpo, para a desafrota á nossa dignidade e á nossa honra.

A nossa Constituição, num rasgo magnifico de liberalismo e um exemplo eloquente de amor á justiça, ao direito e aos principios de humanidade, consagrou, num dos seus capitulos, a prohibição formal de qualquer guerra que não fosse a de legitima defeza. Não sabemos de outro povo que patenteie, com mais eloquencia, o espirito de equidade, a veneração á justiça, a superstição do respeito á dignidade alheia, do que o nosso, consagrando na lei das leis, na constituição da Republica, explicitamente, insophismavelmente, um tão elevado acatamento aos direitos humanos. Mas, por isso mesmo que respeitamos até a superstição o direito de outrem, a dignidade e a honra dos outros povos, defender-nos-emos até as ultimas, das investidas e das aggressões á nossa soberania e ao nosso pundonor de nação livre e generosa. Os indicios da consciencia despertada do nosso dever como povo livre, da bravura da nossa alma já se

antevem e presentem atravez a vibração unisona e ininterrupta do espirito popular. O povo está prompto a verter o seu sangue generoso, ao lado dos defensores da civilização e da dignidade humana contra a barbarie e o banditismo organizado.

Ao lado dos Estados Unidos da America do Norte, os Estados Unidos da America do Sul propugnarão pela continuidade e solidez crescente de liberdade do continente americano. E pela segurança da paz, da equaldade humana, da fraternidade universal, que nos hateremos, nós, que erigimos no nosso pavilhão, como razão de ser da nossa propria existencia, esses altos principios annulladores das velhas e perigosas dissensões de raças e de povos. A America é a patria da humanidade, e, para que ella não desminta aos seus destinos, é preciso que lute contra o preconceito de raças, contra a hegemonia de povos, agasalhando, sem distincções nem privilegios, sob a mesma bandeira e as mesmas leis, os cultores de todas as religiões e os fillos de todos os povos. Como, pois, consentir que uma raça se sobreponha a todas as outras, um povo domine os outros povos, sobretudo se elle apparece infringindo todos os principios de moral e de justiça! A Allemanha, com os attentados feitos á dignidade universal e a affronta directa ao cavalheirismo brasileiro, só nos merece hostilidade. O Brazil saberá vingar com allivez o assassinato dos seus fillos e patelear, ao mundo culto, a comprehensão dos seus altos deveres de povo livre.

imediatamente anterior e posterior ao conflito iniciado em 1914, além dos desdobramentos do conflito em diferentes espaços (como, por exemplo, Japão e Turquia); da mesma forma, os autores utilizaram-se de documentos históricos (escritos e imagéticos) como forma de possibilitarem aos estudantes se apropriarem de tal conhecimento.

No caso das imagens, encontram-se em destaque as fotografias do conflito, sobretudo das trincheiras, propiciando a discussão em sala das peculiaridades desta Primeira Guerra Mundial. Questionamentos importan-

tes podem ser construídos em atividades pedagógicas sobre como deveria ser a vida nas trincheiras, a humanização do conflito, seu dia a dia, a possibilidade de cordialidade, a voz daqueles que de fato estiveram lá e viveram os horrores dos entrincheirados. Cartas e relatos de soldados são acrescentados às imagens enfatizando este sentido de perspectiva de análise pedagógica para o docente e discente.

Ao contrário da obra utilizada no Ensino Fundamental, o livro utilizado para turmas do 3º ano do Ensino Médio possui uma parte denominada "O Brasil e a Grande Guerra", na qual

analisa os impactos do conflito na sociedade brasileira assim como a participação do país na Primeira Guerra Mundial, destacando a atuação da Divisão Naval em Operações de Guerra e os problemas enfrentados pela mesma.

## CONCLUSÃO

Ao longo desse texto, procuramos discutir a presença da participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que constatamos a sua ausência em materiais didáticos expressivos. Semelhante lacuna, por certo, nos remete à discussão sobre a construção da memória e alguns de seus desdobramentos (por exemplo, comemorações e monumentos fúnebres).

A partir, então, da realidade existente no âmbito do Colégio Pedro II, abordamos a inserção brasileira neste importante conflito bélico, assim como suas contradições e especificidades, ressaltando que tal participação poderia obter uma referência mais destacada nas obras didáticas – em especial aquelas utilizadas no Ensino Fundamental

(o que, por enquanto, ainda não aconteceu).

Buscar preencher esses vazios, seja contribuindo do ponto de vista historiográfico com maiores pesquisas sobre o tema ou em nossa prática cotidiana em sala de aula, é fundamental para amenizar esses esquecimentos. A História é o local da lembrança, a inconveniência da memória que busca freneticamente nada esquecer. É esse o papel do presente em suas eternas dívidas com o passado. Quantos se foram na guerra? Que vidas deixaram de ser vividas ou foram radicalmente modificadas com ela? Que vidas foram possibilitadas com migrantes fugitivos do conflito? Quantas esperanças trouxeram? Perguntas que precisamos fazer. E neste caso, importa menos responder e mais perguntar.

Desta forma, acreditamos poder contribuir para sanar estas e outras ausências historiográficas presentes, seja no campo acadêmico, seja no campo do ensino em geral. Como professores e historiadores que somos, temos, por dever ou por mania, nos colocar em busca dos lugares e hiatos da memória que vez por outra insistem em silenciar.

## BIBLIOGRAFIA

A CIGARRA (Revista). Ano 2, nº 22, edição de 07/06/1915. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19150622.pdf> Acesso em 13/04/2017.

\_\_\_\_\_. Ano 4, n. 64, edição de 18/04/1917. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/CI19170464.pdf> Acesso em 13/04/2017.

DOMINGUES, Joelza Ester. *História em documento*, v.4. Rio de Janeiro: FTD, 2015.

FERRO, Marc. *A Grande Guerra*. Lisboa: Edições 70, 2009.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Extremos* (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENDES, Iba. "A Primeira Guerra Mundial: 1914-1918". In: [http://www.ibamendes.com/2011/07/primeira-guerra-mundial-1914-1918\\_14.html](http://www.ibamendes.com/2011/07/primeira-guerra-mundial-1914-1918_14.html) Acesso em 13/04/2017.

MENDONÇA, Valterian Braga. "A experiência estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918". Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008. (Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo).

NORA, Pierre. "Entre memória e história. A problemática dos lugares". In: *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº 10, dezembro de 1993.

PIOVEZAN, Adriane. "A morte e o morrer na guerra: os enterramentos dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial". In: REVISTA M. vol. 1, n. 2, p. 323-341, jul.-dez., 2016. Disponível em: [http://www.revistam-unirio.com.br/arquivos/2017/01/v01\\_n02\\_a03.pdf](http://www.revistam-unirio.com.br/arquivos/2017/01/v01_n02_a03.pdf) Acesso em 07/03/2017.

PIOVEZAN, Adriane. "O culto cívico aos mortos: o caso dos traslados dos combatentes brasileiros das guerras mundiais". In: Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio – Saberes

e práticas científicas. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400544852\\_ARQUIVO\\_textocompletorio.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400544852_ARQUIVO_textocompletorio.pdf) Acesso em 07/03/2017.

PIOVEZAN, Adriane. "Cemitérios e mausoléus militares no Brasil: o embate entre o laico e o confessional". In: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1297267456\\_ARQUIVO\\_cemiteriosmilitares.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1297267456_ARQUIVO_cemiteriosmilitares.pdf) Acesso em 07/03/2017.

PIOVEZAN, Adriane ; GRASSI, Clarissa. "Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial –Cemitério São João Batista (1928)". In: Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, nº 8, 2014, p. 219-236, 2014. Disponível em: [http://www.academia.edu/25996169/Morte\\_e\\_guerra\\_o\\_mausol%C3%A9u\\_dos\\_mortos\\_do\\_Brasil\\_na\\_Primeira\\_Guerra\\_Mundial\\_-\\_Cemit%C3%A9rio\\_S%C3%A3o\\_Jo%C3%A3o\\_Batista\\_1928\\_Acesso](http://www.academia.edu/25996169/Morte_e_guerra_o_mausol%C3%A9u_dos_mortos_do_Brasil_na_Primeira_Guerra_Mundial_-_Cemit%C3%A9rio_S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_Batista_1928_Acesso) em 07/03/2017.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: *Revista Estudos Históricas*, v.2, n.3. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. "Memória e Identidade Social". In: *Revista Estudos Históricas*, v.5, nº 10. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

ROUSSO, Henry. "A memória não é mais o que era". In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 22, nº 44, p. 425-438, 2002.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos. *História*, v. 3. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Para uma análise mais pormenorizada, ver, entre outros: HOBSBAWM, 1995; FERRO, 2009.

<sup>2</sup> Tal desconhecimento sobre o conflito de 1914/1918 não é, de todo modo, exclusivo do Brasil. De acordo com Hobsbawm, em uma palestra nos EUA, ele fora indagado sobre se existira uma I Guerra Mundial, pois ele estava discorrendo sobre a II Guerra Mundial. Para maiores detalhes, ver HOBSBAWM, 1995.

<sup>3</sup> Para maiores detalhes, ver: PIOVEZAN, Adriane. "Cemitérios e mausoléus militares no Brasil: o embate entre o laico e o confessional". In: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1297267456\\_ARQUIVO\\_cemiteriosmilitares.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1297267456_ARQUIVO_cemiteriosmilitares.pdf) Acesso em 07/03/2017. A autora identifica os seguintes monumentos fúnebres em seu texto: "Mausoléu aos mortos do Movimento Tenentista localizados no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro; o Mausoléu aos caídos na Revolução Constitucionalista de 1932, no Parque do Ibirapuera em São Paulo; o Mausoléu dos Mortos na Intentona Comunista de 1935 na Praia Vermelha no Rio de Janeiro; o Mausoléu dos Mortos na Intentona Integralista de 1938 também localizado no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro", p. 2

<sup>4</sup> De fato, existe um "Mausoléu dos Soldados Belgas da Primeira Guerra Mundial no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro" (PIOVEZAN, 2014, p. 3), assim como o "Mausoléu aos Mortos da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) na Primeira Guerra Mundial" (PIOVESAN, 2016, p. 325), localizado também no Cemitério São João Batista (RJ).

<sup>5</sup> ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: Marieta de Moraes Ferreira (org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 95.

<sup>6</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, n. 10, dezembro de 1993, p. 15.

<sup>7</sup> Idem, ibidem, p. 9.

<sup>8</sup> Idem, ibidem, p. 9.

<sup>9</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Revista Estudos Históricas*, v.2, n.3. Rio de Janeiro: 1989, p. 8.

<sup>10</sup> Idem, ibidem, p. 9.

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p. 10.

<sup>12</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Revista Estudos Históricas*, v.5, nº 10. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 201.

<sup>13</sup> Idem, ibidem, p. 205.

<sup>14</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 425-438, 2002.

<sup>15</sup> Idem, ibidem, p. 428.

<sup>16</sup> Centro, Engenho Novo, Humaitá, Realengo, São Cristóvão e Tijuca possuem turmas do 2º segmento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio; Duque de Caxias e Niterói possuem turmas, apenas, do Ensino Médio: são denominados Campi II (com exceção do Centro, Duque de Caxias e Niterói), por não disporem de turmas do 1º segmento. O Campus Realengo possui, ainda, a Educação Infantil, ao passo que São Cristóvão se divide em Campus II (2º segmento do Ensino Fundamental) e III (Ensino Médio).